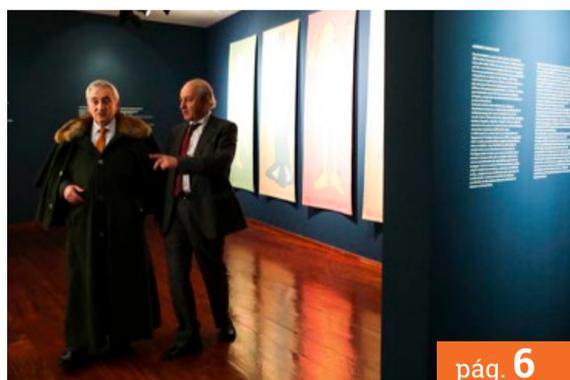


SOLUÇÕES EFICAZES PARA OS AGRICULTORES AFETADOS PELA LESLIE



RUI RIO DEFENDE CELERIDADE NOS PROCESSOS E MELHORES SOLUÇÕES PARA AS PESSOAS E EMPRESAS AFETADAS PELA TEMPESTADE LESLIE, NA REGIÃO CENTRO, EM OUTUBRO. O PRESIDENTE DO PSD, QUE VISITOU DIA 11, OS LOCAIS ATINGIDOS PELE INTEMPÉRIE, CONSTATOU EM MONTEMOR-O-VELHO QUE AS SOLUÇÕES DO GOVERNO “NÃO COBREM MUITAS DAS PESSOAS” QUE TIVERAM PREJUÍZOS, NOMEADAMENTE AGRICULTORES QUE “VIRAM O SEU NEGÓCIO COMPLETAMENTE ARRUINADO E QUE NÃO TÊM POSSIBILIDADES DE O VOLTAR A PÔR DE PÉ”



pág. 6

PRESIDENTE

“PRESSÃO” DA PGR É “INADMISSÍVEL”

O Presidente do PSD considera “inadmissível” a “pressão” da procuradora-geral da República para com o Parlamento, órgão soberano e que, como tal, tem todo o direito de pronunciar-se com vista à melhoria da composição do CSMP



pág. 7

LOCAIS

PREPARAR O FUTURO, MODERNIZAR PORTUGAL

José Manuel Fernandes, eurodeputado, escreve esta semana um artigo de opinião sobre a “má governação socialista”



pág. 12

REGIONAIS

MIGUEL ALBUQUERQUE REELEITO PRESIDENTE DO PSD/MADEIRA

Miguel Albuquerque foi reeleito, dia 14, presidente da Comissão Política do PSD/Madeira nas eleições diretas, tendo obtido 98,4% dos votos



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

O ESTADO EM COLAPSO

Portugal, é cada vez mais, um território sem Estado. Tragédias resultantes da negligência e responsabilidade dos poderes públicos estão a tornar-se demasiado frequentes. O Estado falhou em Tancos, falhou em Pedrógão, falhou na queda do helicóptero do INEM. Começa a ser difícil encontrar situações em que o Estado não tenha falhado. O desmoronamento de um troço da EM 225, em Borba, há exatamente um mês, expôs esta fragilidade.

Sabemos que as catástrofes naturais são imprevisíveis; porém, as catástrofes resultantes da ação ou omissão do Estado são inconcebíveis. Cai uma estrada e o primeiro-ministro vem assegurar que "não há evidências de responsabilidade do Estado". Deflagra um incêndio florestal que mata dezenas de pessoas e a culpa é atribuída a um raio, mas nunca às autoridades que superintendem a coordenação de meios que, por omissão, colocou os condutores no epicentro do fogo. Desaba uma ponte, um ministro sai de cena e constroem-se duas pontes novinhas em folha, na expectativa que as novas travessias possam fazer esquecer a degradação de uma infraestrutura minada pela indústria de extração de areias.

Nem sempre uma tragédia decorre da conjugação de fatores imponderáveis ou de circunstâncias imprevisíveis, mas é, ao invés, o desfecho final da soma da falta de manutenção e de condutas ilícitas ou negligentes.

A colapso da ponte de Entre-os-Rios, em 2001, provocou 59 mortos. Os incêndios do ano passado fizeram mais de 100 vítimas mortais. O deslizamento de terra e o desabamento da EM 225 em Borba, em novembro passado, ceifaram 5 vidas. Para além do estado de choque, os números deveriam deixar-nos em estado de alerta. É de uma angústia inolvidável quando o Estado abandona os cidadãos à sua sorte.

No plano da intervenção, há também uma reflexão por fazer. O sistema de proteção civil foi apropriado por responsáveis que se revelaram incompetentes e burocratas, meros servidores do aparelho do poder, que contribuem para a fragilizar uma função primordial e um dos pilares centrais do Estado, que é garantir a segurança das populações.

Há, no meio desta deterioração crescente das funções de que o Estado é detentor, corpos de homens e de mulheres que, todos os dias, mormente as carências e limitações, que sabem bem o valor de servir os outros. É uma comunidade de homens bons, destemidos e altruístas, que vão em nosso socorro até ao limite das suas forças, pondo em risco a própria vida. O acidente com o helicóptero do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), ocorrido em Valongo no passado sábado, interrompeu fatalmente quatro vidas. Eles merecem um reconhecimento público único, mesmo que nenhum louvor possa traduzir a entrega com que serviram a sociedade.

Nas considerações finais do Relatório preliminar do processo de inquérito ao acidente com helicóptero do INEM lê-se que "o contacto com o Rescue Coordination Center (RCC), da Força Aérea Portuguesa, para a identificação de um possível acidente com uma aeronave, tanto por parte da NAV Portugal como do CONOR (112), não foi efetuado com a necessária tempestividade, podendo ter comprometido o tempo de resposta dos meios de busca e salvamento". A conclusão prévia da Autoridade Nacional de Proteção Civil parece demonstrar a falência do sistema nacional de socorro das populações.

O contrato, celebrado entre os cidadãos e o Estado, baseia-se na confiança. Mas quando o Estado, exímio cobrador de impostos, continuar a dar sinais de incapacidade na eficiência de resposta as condições de prevenção e socorro, o que nos resta? Para que servem as autoridades nacional, regional e distrital do sistema de proteção e socorro, se no momento em que mais precisamos da sua atuação, é quando mais sentimos a sua desarticulação, impreparação e incapacidade operacional. Do modo como este Governo está a destruir a autoridade do Estado, o futuro governo do PSD vai ter muito trabalho para que os portugueses se sintam protegidos.

SOLUÇÕES EFICAZES PARA OS AGRICULTORES AFETADOS PELO CLIMA



Rui Rio defende celeridade nos processos e melhores soluções para as pessoas e empresas afetadas pela tempestade Leslie, na região Centro, em outubro. O Presidente do PSD, que visitou dia 11, os locais atingidos pela intempérie em Montemor-o-Velho, constatou que as soluções do Governo "não cobrem muitas das pessoas" que tiveram prejuízos, nomeadamente agricultores que "viram o seu negócio completamente arruinado e que não têm possibilidades de o voltar a pôr de pé".

Para o líder do PSD, "é absolutamente necessário que o Governo acelere estes processos [de apoio] e que tenha consciência da realidade". As soluções desenhadas sem se conhecer a realidade "não são as mais eficazes", sublinhou.

EFICAZES AGRICULTORES DELA LESLIE



Em Montemor-o-Velho, Rui Rio visitou uma exploração que produzia cerca de 20 toneladas de framboesas, cujo proprietário foi obrigado a emigrar depois de prejuízos de cerca de 150 mil euros devido à tempestade. O líder do PSD passou ainda pelo pavilhão desportivo de uma associação recreativa em Meãs do Campo que ficou sem cobertura e ainda pelas instalações da Cooperativa Agrícola de Montemor-o-Velho.

O Presidente do PSD notou que estas situações absolutamente extraordinárias vão passar a acontecer com muito mais frequência devido às alterações climáticas e, por isso, será necessário que o país encontre soluções, sozinho ou em conjunto com a União Europeia. “Temos de arranjar aqui força e músculo

para estas situações extraordinárias”, disse.

Apesar dos orçamentos do Estado serem “sempre apertados”, Rui Rio defende que é necessário estabelecer prioridades e encontrar mecanismos que possam responder a estas situações. “Temos de ser capazes de desenhar modelos de apoio coerentes para situações destas e, particularmente, para os mais pequenos e mais débeis. Nós temos de ultrapassar um pouco a burocracia. Temos que ter noção da realidade e, acima de tudo, conseguir olhar para o terreno e perceber que com estas ajudas não conseguem, não conseguem mesmo”, salientou.

A passagem do furacão Leslie por Portugal, onde chegou como tempestade tropical, provocou 28 feri-

dos ligeiros e 61 desalojados no fim de semana de 13 e 14 de outubro. A tempestade atingiu, sobretudo, a região Centro, onde provocou prejuízos superiores a 120 milhões de euros.

Enfermeiros têm “razão”, mas devem “meter a mão na consciência”

O Presidente do PSD apelou ao bom senso do Governo e dos enfermeiros em greve, pedindo a estes profissionais de saúde que “metam a mão na consciência” face ao impacto da paralisação nos blocos operatórios. “A ser verdade aquilo que nós ouvimos que está a acontecer nos hospitais, é preciso que haja bom senso de parte a parte. No caso do Governo, recorrer aos meios que tem à sua disposição para ajudar às pessoas – tem o recurso aos privados e ao setor social. Mas também, do lado dos enfermeiros, peço que metam a mão na consciência, porque estão a fazer sofrer pessoas que estão doentes e respetivas famílias”, afirmou Rui Rio.

Rui Rio é perentório ao afirmar não haver “dúvida rigorosamente nenhuma” de que os enfermeiros têm “transversalmente razão” nas exigências que fazem, mas, vinca, “há limites que depois não se podem passar”. “Se há pessoas que necessitam de uma cirurgia, que até podem morrer se não tiverem a cirurgia, essas pessoas não têm nada a ver com isso, não têm culpa nenhuma”, referiu.

Rui Rio pede aos enfermeiros que “percebam que há muita gente que está a sofrer e não tem culpa nenhuma”. “É uma coisa que, sinceramente, me preocupa. Não pode ser assim. (...) Não posso estar de acordo com levar a greve para lá de determinados limites”, insistiu.

A greve dos enfermeiros nos blocos operatórios de cinco grandes hospitais, que arrancou no dia 22 de novembro e termina a 31 de dezembro, já levou a Ordem dos Médicos a alertar que há doentes graves e prioritários que estão a ser prejudicados.



Rui Rio num jantar com 600 militantes em Fátima

CONTESTAÇÃO SOCIAL “DEMONSTRA UM PAÍS MAL GOVERNADO”

Para Rui Rio, o descontentamento social é um “indicador péssimo” para o PS e constitui a demonstração de que Portugal está a ser mal governado. “Como é que é possível um Governo que apostou tudo no presente e tem um nível de greves e um nível de descontentamento social como eu não me lembro?”, interrogava o líder do PSD, no dia 11, durante um jantar com 600 militantes do distrito de Santarém.

Rui Rio aponta as múltiplas greves, que estão a atingir profissionais tão diversos como médicos, enfermeiros, estivadores, oficiais de justiça, professores e guardas prisionais, como “um indicador péssimo para a governação do PS”.

De acordo com o Presidente do PSD, o problema reside na narrativa do Governo socialista sobre o fim da austeridade no país. “Eles dizem que já não estamos em austeridade. Disseram tantas vezes que já não estavam em austeridade, que agora estamos a ver as greves de pessoas que estavam à espera, legitimamente, daquilo que o Governo dizia que podia dar e que naturalmente não pode dar”, sublinhou.

A maior prova de que “há uma outra austeridade” é a “degradação dos serviços públicos”, com os utentes a serem prejudicados, explicou Rui Rio. “Nestes três anos piorou, não melhorou. A performance do PS nestes três anos foi de degradação dos serviços públicos”, disse.

Numa intervenção de cerca de meia hora, Rui Rio indicou os três objetivos do PSD para 2019: preparar as autárquicas de 2021, para recuperar a tradicional influência no poder local; combater a abstenção nas europeias; e vencer as legislativas de 6 de outubro.

Rui Rio considera que o caminho passa por construir uma alternativa “construtiva e com sentido de Estado”. “Quem pode mudar a governação? Ou nós ou ninguém. O desafio que temos todos é conseguir construir uma alternativa a esta governação, construtiva, civilizada, não de bota-abaixo, de sentido de Estado, que é isso que Portugal precisa”, frisou.



A JUSTIÇA DEVE TER “UM FUNCIONAMENTO TRANSPARENTE”



O Presidente do PSD defende que a sociedade deve ter “uma presença muito maior na justiça”, considerando que uma igualdade ou maioria de não juízes no Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) tornaria o sistema “menos opaco”. No final da apresentação do livro “Porque não cresce a economia portuguesa?”, da autoria de Rui Vinhas da Silva, na quinta-feira, em Lisboa, Rui Rio sublinhou que deve ser feita uma “grande reforma” no setor, mas “em sede do estatuto do Ministério Público, que está em discussão na Assembleia da República”.

Para Rui Rio, um funcionamento mais transparente da justiça passaria por “uma presença muito maior da sociedade” no CSMP. “Ninguém vai mexer nas sentenças, nas acusações, nas investigações, mas a justiça tem de ter um funcionamento o mais transparente possível, não tem de temer que a sociedade possa estar mais presente na justiça”, apontou.

O líder do PSD entende como desejável que a Assembleia da República possa nomear “mais portugueses” para este órgão, de modo a que estejam “em igualdade ou em maioria” em relação aos magistrados, referindo que tal já acontece no Conselho Superior da Magistratura.

Rui Rio lembra que o Parlamento “nomeia personalidades nacionais” e é composto por vários partidos, pelo que es-



tão asseguradas as condições para evitar eventuais compadrios políticos.

Acima de tudo, reiterou o Presidente do PSD, é preciso aproximar as pessoas dos tribunais. “Desde pequeno, aquilo que são as minhas convicções eu insisto sempre (...). Tenho esta convicção há muitos anos de que o siste-

ma de justiça tem de ser menos opaco, mais transparente, menos corporativo”, expressou.

Rui Vinhas da Silva, autor do livro, é professor no ISCTE e coordenador da secção de Economia, Trabalho e Inovação do CEN.

Rui Rio sobre CSMP

“PRESSÃO” DA PGR É “INADMISSÍVEL”



O Presidente do PSD considera “inadmissível” a “pressão” da procuradora-geral da República para com o Parlamento, órgão soberano e que, como tal, tem todo o direito de pronunciar-se com vista à melhoria da composição do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP). “Quando a senhora procuradora diz ou deixa transparecer que se demite no caso de a Assembleia da República aprovar uma qualquer norma que livre e democraticamente pode aprovar é uma pressão que eu considero inadmissível”, qualificou.

Rui Rio, que falava à margem de um encontro com militantes do distrito de Portalegre, na terça-feira, lembra que em democracia prevalece o princípio da separação de poderes, pelo que a procuradora-geral da República não pode querer “condicionar um Parlamento livre e democraticamente eleito”. “E para as pessoas entenderem bem o que estou a dizer, imagine-se o contrário, que era, por exemplo, o presidente da Assembleia da República pressionar a Procuradoria-Geral da República para, num



processo qualquer, forçar o arquivamento. Ninguém toleraria uma coisa dessas no quadro de separação de poderes, portanto eu acho que isto democraticamente não é naturalmente saudável”, afirmou.

Governo mostra incapacidade para pôr os serviços de segurança a funcionar

O líder do PSD acusa o Governo de não estar a cumprir com a suas responsabilidades em matéria de segurança, problema que se agravou durante o corrente ano. Rui Rio, que se referia ao acidente de sábado com um helicóptero do INEM, no concelho de Valongo, insta o Governo a meter a mão na consciência, concretizando que as falhas no socorro mostram a fragilidade do sistema. “O que se nota no Governo é uma incapacidade para pôr os serviços a funcionar como deve ser, designadamente, em matéria de segurança. (...) As coisas não funcionam. O Governo tem de meter a mão na consciência e tem de começar a trabalhar naquilo que não se vê e que, no imediato, não dá votos, mas que dá qualidade de vida às pessoas e, neste caso, dá segurança”, declarou.

PREPARAR O FUTURO, MODERNIZAR PORTUGAL



A tolerância com todos os disparates e a má governação da esquerda socialista e radical impressiona!

Se um governo do PSD tivesse levado Portugal à bancarrota, a esquerda portuguesa diria que nunca mais deveríamos ter um governo do PSD;

Se o PSD tivesse tido um primeiro-ministro detido e fortemente indiciado, esta esquerda diria que a “direita” teria de estar no limbo por umas décadas e nenhum membro desse governo poderia exercer funções executivas.

Se o PSD não tivesse ganho as eleições, a esquerda diria que um governo liderado pelo PSD estaria ferido de legitimidade e a usurpar o poder.

Se num governo PSD morressem mais de 100 pessoas numa tragédia resultante dos incêndios, e existissem permanentes falhas na proteção civil, a esquerda chamaria assassinos aos governantes onde quer que estivessem.

Se no governo do PSD estivessem membros que são marido e mulher e outras afinidades parentais, dir-se-ia que era um clube familiar e de amigos que violava as regras da transparência e os princípios éticos e republicanos.

Se um ministro afirmasse que as famílias se quiserem pagar menos IVA pelo contador de eletricidade têm de baixar a potência contratada para o limite dos 3,45 kVA, todos diriam que o governo insultava os pobres e se revelava um ‘monstro’, com uma enorme insensibilidade social.

Se uma estrada nacional tivesse aluído e tivessem morrido pessoas, isso demonstraria a incompetência e o desleixo do governo, que teria de ser responsabilizado face à política das monstruosas cativações.

Se uma família numa habitação degradada e sem ligação à eletricidade tivesse morrido por inalação de monóxido

de carbono devido a um gerador a gasolina no interior da casa, isso era o resultado do abandono das políticas públicas na área da habitação e de combate à pobreza e exclusão social.

Se os serviços públicos como a saúde, a proteção civil, os transportes e vias de comunicação estivessem piores do que no tempo da Troika, a esquerda afirmaria que a degradação dos serviços públicos era o resultado de uma política neoliberal de direita a que tínhamos de pôr fim.

Se uma ministra da saúde de um governo do PSD declarasse que se negociasse durante a greve estaria a privilegiar o criminoso, seria classificada de fascista.

Mas prefiro a exigência que se faz ao PSD. Só dessa forma teremos um Portugal Melhor. Todas as desculpas que se dão ao PS e às esquerdas conduzem ao laxismo e à degradação que os portugueses acabam sempre por pagar.

Os resultados da governação de António Costa, apoiada pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda não são positivos: temos a carga fiscal mais elevada desde que há registo, as cativações aumentaram os serviços públicos pioraram, a dívida pública aumentou cerca de 18 mil milhões de euros, a contestação social aumentou.

Portugal precisa de Rui Rio, da sua seriedade, coragem e competência para preparar o futuro e modernizar Portugal.

José Manuel Fernandes

Deputado ao Parlamento Europeu, presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Braga

MULHERES SOCIAIS DEMOCRATAS DE PAÇOS DE FERREIRA ORGANIZARAM UM LANCHE SOLIDÁRIO

No dia 9 de dezembro, teve lugar em Freamunde, um lanche solidário “Sentir a diferença”, organizado pelas Mulheres Sociais Democratas de Paços de Ferreira. A iniciativa tinha por objetivo a recolha de material lúdico e pedagógico, de forma a proporcionar mais variedade nas atividades às crianças e jovens da obra social D. Sílvia Cardoso. A adesão superou as expectativas da organização e foram muitos os que quiseram dar o seu contributo a favor desta instituição da nossa terra.

“A felicidade, às vezes, não é algo a ser buscado, mas sim, percebido. É só olhar para o lado”, resumiu Célia Carneiro, coordenadora das Mulheres Sociais Democratas de Paços de Ferreira.



**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

DESCENTRALIZAÇÃO - A TAL PEDRA ANGULAR QUE TARDA EM SER COLOCADA



A Descentralização é fundamental para a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.

No início deste ano, o PSD assumiu o papel de desafiar o governo a desbloquear o processo de descentralização. Sem embargo de haver diferentes modelos e de, numa etapa seguinte, ser necessário ir mais além, assumindo maior ambição, o PSD manifestou disponibilidade para procurar consenso junto do Governo de modo a concretizar-se rapidamente a transferência de competências da administração central para a administração local.

O PSD fê-lo porque seria sempre melhor avançar com o processo, mesmo que pouco ambicioso, do que continuar a manter-se a inércia em que estava mergulhado. O PSD apresentou várias propostas e assim foi possível definir um processo menos imposto e mais partilhado. De boa fé, foi assinada uma declaração conjunta em 18 de abril de 2018 entre o PSD e o governo que contemplou dois pilares: o pilar da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais e o pilar da reforma da organização subnacional do Estado.

No que respeita ao segundo pilar, de carácter ainda mais estruturante - Reforma da Organização Subnacional do Estado - foi já aprovada e está a trabalhar a Comissão In-

dependente para a Descentralização, que deve proceder a uma profunda avaliação independente sobre a organização e funções do Estado e avaliar e propor os níveis de descentralização; delimitação das competências próprias dos níveis subnacionais, avaliando os recursos e meios próprios a transferir; identificação das vantagens comparativas; cronograma de execução referencial; e, definição de um programa de desconcentração da localização de entidades e serviços públicos, assegurando coerência na presença do Estado no território, aos níveis regional, metropolitano e intermunicipal. Até julho de 2019 a Comissão apresentará os relatórios do trabalho desenvolvido, que devem conter as recomendações e propostas que entenda pertinentes, que serão um referencial para iniciativas legislativas subsequentes que se revelem necessárias.

O PSD, fiel ao seu princípio reformista, impulsionou assim a criação de condições para que seja possível debater com profundidade técnica e política uma componente importante da reforma do Estado.

No que respeita ao primeiro pilar - Transferência de Competências - o PSD adicionou vários contributos com condições associadas que possibilitaram que o Governo deslindasse a teia em que se meteu: - o gradualismo na concretização das transferências até 2021 (caso contrário não haveria a possibilidade sequer de as autarquias

poderem deliberar a não aceitação e teriam que assumir todas as competências em 2018 - era assim que estava na Proposta de Lei quadro até à intervenção do PSD); - A obrigatória consensualização da regulamentação das áreas setoriais de competências com a ANMP e ANAFRE; - A apresentação pelo governo dos envelopes financeiros adequados associados a cada área setorial a transferir; - Criação da Comissão de acompanhamento integrada por representantes dos grupos parlamentares, do Governo, da ANMP e da ANAFRE para avaliar a adequabilidade dos recursos financeiros; e ainda outros contributos, designadamente respeitantes à revisão da Lei das Finanças Locais.

Contudo, estamos novamente a verificar um novo período de inércia e de incapacidade de concretização.

O Governo não conseguiu criar as condições para que as autarquias se pronunciassem porque não publicou atempadamente a regulamentação das competências e não clarificou os montantes financeiros que as suportam.

Até ao momento apenas parte desses diplomas estão publicados em Diário da República.

Igualmente, estava o governo incumbido de apresentar atempadamente os recursos financeiros a atribuir às autarquias locais e entidades intermunicipais para a prossecução das novas competências, de forma a constituir o Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD) a constar no Orçamento do Estado para 2019 - também não o fez.

Por esta razão, nas últimas versões dos diplomas, há alteração das datas de pronúncia das autarquias sobre a não aceitação das áreas de competências em 2019, que quase obriga a que os autarcas tenham de andar sempre com um cronograma na mão.

Portanto, vivemos novamente um quadro confuso. Veja-se que estão apenas publicados 10 Decretos-Lei. Faltam ainda mais de metade e já temos uma diversidade de datas limite para que cada autarquia anote e tome atenção, pois as que não deliberarem a não aceitação das competências para o ano de 2019, terão de as assumir. Quando forem publicados os restantes decretos-lei setoriais, teremos mais um conjunto diverso de datas para os autarcas anotarem e cumprirem.

Não faz sentido. Não era esta confusão que se esperava.

Não faz sentido que as autarquias tenham de reunir os seus órgãos para decidirem sobre cada área de competência tantas vezes quantos os decretos-lei publicados. Verifica-se pelos decretos setoriais que há uma disparidade de datas e de prazos de pronúncia, pois diferem de área setorial para área setorial. Vai ser um processo confuso que poderá fazer reunir os órgãos deliberativos por inúmeras vezes

Não faz sentido que tenham de se pronunciar sem que conheçam os envelopes financeiros.

Mas, o PSD mantém a sua coerência. Queremos continuar a impulsionar o Governo para que cumpra o que foi acordado e consensualizado com a ANMP.

Álvaro Amaro

Presidente dos Autarcas Social Democratas e presidente da Câmara Municipal da Guarda

PSD/BARCELOS CRITICA AJUSTES DIRETOS “MILIONÁRIOS” DA AUTARQUIA

O PSD Barcelos contesta a falta de transparência dos executivos PS e do Presidente da Câmara na aquisição de serviços, por preços milionários, para assegurar a vigilância de instalações do município de Barcelos. O último contrato foi assinado em 16 de novembro por 574.789 euros, para vigorar durante 26 meses, através de um procedimento por ajuste direto, ou seja, através de procedimento sem concurso público.

“Barcelos é o campeão dos ajustes diretos, o procedimento mais fácil e que representa mais de 90 por cento das aquisições de serviços pela Câmara, e que demonstra também o desleixo e a incompetência dos executivos para conceber e preparar concursos públicos que assegurem a transparência e racionalidade das despesas”, acusa o líder do PSD/Barcelos, José Novais.

O PSD/Barcelos alerta que, desde junho de 2011, a câmara PS já adjudicou a empresas de segurança privada contratos por ajuste direto no valor global de quase dois milhões, “numa clara demonstração de falta de transparência, por ausência de concurso com mais concorrentes”, especifica.

“Estes atos de gestão opaca também são a consequência da delegação de competências no Presidente da Câmara, o qual, sozinho e sem pudor, pratica despesas milionárias sem terem passado pelo crivo de um concurso para comparar os serviços de vários prestadores. O valor milionário destes contratos, uma opção discutível para assegurar a vigilância das instalações municipais, não sendo escrutinado suscita muitas dúvidas quanto à sua transparência e boas práticas da gestão municipal”, critica o presidente do PSD/Barcelos em comunicado.



SAÚDE PÚBLICA EM PERIGO NA GRACIOSA

O PSD/Açores alerta que o problema da praga de ratos, que está a atingir a Graciosa, está a “pôr em causa a saúde pública” e apelou ao governo regional para que efetue uma “verdadeira campanha de desratização” na ilha. “O problema da praga de ratos na ilha Graciosa está à vista de toda a gente. Chegou-se ao ponto de os alunos da Escola Básica e Secundária da Graciosa partilharem o recreio com ratos, o que originou esta semana uma manifestação da própria comunidade estudantil”, afirmou António Reis, vogal da comissão política regional do partido.

Para o dirigente social-democrata, o governo regional “não se pode demitir da sua função de zelar pela saúde pública e deve avançar com uma verdadeira campanha de desratização na ilha”.

António Reis lembrou que, em janeiro deste ano, o secretário regional da Agricultura anunciou uma “grande campanha de desratização” em todas as ilhas, mas que, no caso concreto da Graciosa, “nada de estruturante foi feito pelos serviços governamentais, que se limitaram a distribuir raticida pela população”.

“A praga dos ratos, para além de ser um grave problema de saúde pública, tem igualmente fortes implicações na economia da ilha Graciosa, devido aos prejuízos que os roedores provocam”, disse.

O dirigente do PSD/Açores alerta que o governo regional “tem que agir rapidamente” na defesa da população da Graciosa, alegando que o executivo “não pode continuar a empurrar para as autarquias e para a população da ilha a resolução do problema da praga de ratos”.



SANTARÉM, UM DISTRITO CATIVADO PELO GOVERNO

A política cega de cativações e o desinvestimento público sem precedentes na nossa história democrática portuguesa colocam em causa a segurança e a vida dos portugueses e estrangulam o crescimento económico sustentável. O distrito de Santarém não é exceção e a escassez de investimento público adia a resolução urgente de diversos problemas na região.

Para o PSD, é inadmissível que o Governo e os partidos de extrema esquerda que o suportam nada tenham feito para concretizar um conjunto de intervenções essenciais. Por isso, continuaremos a lutar pelas iniciativas e projetos estruturantes que promovam a atividade económica e a qualidade de vida, criando postos de trabalho e desenvolvimento social, e garantindo a segurança e o bem-estar de todos os cidadãos neste território.

Tendo pleno conhecimento da necessidade imperiosa de intervenção na consolidação das barreiras de Santarém, onde o risco de derrocada existe, não aceitamos que o Governo nada faça para salvaguardar a segurança e a vida dos milhares de cidadãos que todos os dias utilizam as vias rodoviárias e ferroviária (linha do Norte) em perigo naquele local. Para o PSD/Distrital de Santarém, este é um problema do país, que deve ter uma resposta nacional, urgente e sem reservas orçamentais, este governo já deu provas mais do que suficientes de que não podemos confiar no Estado numa das matérias mais elementares da sua responsabilidade e competência: a segurança das populações. Compete-nos alertar e apelar incessantemente até que o problema seja resolvido, na esperança de que a solução não surja tarde demais como infelizmente tem acontecido vezes demais nos últimos três anos.

Na saúde, o Orçamento do Estado para 2019 não deixa margem para dúvidas: esta não é uma prioridade do atual governo. A asfixia financeira do Hospital Distrital de Santarém e a necessidade de intervir nas restantes infraestruturas hospitalares do Médio Tejo, não se resolvem com paliativos, mas antes com medidas de fundo, sob pena de continuarmos a sacrificar a qualidade do serviço prestado à comunidade. No distrito de Santarém, a Saúde está muito doente!

O estado calamitoso da ferrovia no país tem também aqui, no distrito, reflexos penosos no dia-a-dia de milhares de pessoas. A supressão de comboios ou a redução da sua capacidade por alegada falta de material circulante, motiva uma larga insatisfação com o serviço público prestado, com queixas recorrentes por parte dos passageiros e imagens de carruagens sobrelotadas como não esperaríamos ver em pleno século XXI. Nos países ditos desenvolvidos a ferrovia é o principal meio de transporte de pessoas e mercadorias, em Portugal estamos a regredir e a caminhar no sentido contrário. O distrito de Santarém tem o principal nó ferroviário do País, no Entroncamento, claramente, desaproveitado e onde, por exemplo, estão armazenadas em "cemitério" algum material circulante, em bom estado, que o estado assume desconhecer ou querer utilizar.

Na educação, assinala-se o extremar da redução do número de turmas com contrato de associação a um limite que não podemos aceitar. Em Fátima, única cidade do país sem oferta pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, onde os privados sem fins lucrativos, com contrato de associação, cumpriram com distinção o seu papel de agentes educativos. Hoje, por preconceitos de esquerda radical e num ataque ostensivo a instituições religiosas, há alunos residentes e naturais de Fátima obrigados a deslocarem-se para localidades e até distritos diferentes para frequentar a escola, apenas por radicalismo ideológico de uma Secretária de Estado oriunda das escolas do PCP e em claro sacrifício do objetivo de promoção do sucesso escolar.



A Comissão Política Distrital de Santarém tem feito a denúncia sistemática dos principais problemas que afetam o distrito. Mas tem também trabalhado em propostas para melhorar a sua competitividade, algumas com evidente relevância nacional.

Exigimos a conclusão das acessibilidades ao Eco Parque do Relvão, no Concelho da Chamusca e nomeadamente o troço da A13 entre Almeirim e Vila Nova da Barquinha/Entroncamento, incluindo uma nova ponte sobre o Rio Tejo. É uma promessa do tempo da instalação daquele equipamento, que recebe e trata grande parte dos resíduos do país, gerando um enorme movimento de veículos pesados do interior das diferentes vilas e aglomerados urbanos à sua volta, muitos com resíduos perigosos.

Propusemos que o programa de redução do preço dos passes sociais incluído no Orçamento de Estado para 2019 fosse alargado à região, permitindo que todos os que se deslocam diariamente para trabalhar em Lisboa tenham acesso às mesmas condições apoiadas de que vão beneficiar os residentes na Área Metropolitana.

Estudámos e apresentámos já a nossa proposta para uma nova governação da região. O distrito de Santarém tem duas comunidades intermunicipais, uma incluída no Alentejo e outra na Região Centro. Mas para alguns assuntos estamos com a Região de Lisboa e Vale do Tejo e quando chegamos à restante administração central desconcentrada a confusão administrativa continua. Defendemos a criação de uma nova NUTS II Ribatejo e Oeste, uma região com políticas e programas próprios, capaz de promover o desenvolvimento integrado do território.

O distrito de Santarém é um espaço com recursos muito significativos para o país, económicos, produtivos, logís-

ticos, ambientais ou culturais, que têm de ser geridos através de políticas adequadas à sua efetiva promoção.

Acreditamos no futuro desta região e continuaremos, no PSD distrital, a fazer política com esta convicção, sempre com o peso da responsabilidade do maior interesse nacional.

Porque estamos na época natalícia e porque o Natal também é tempo de reflexão, de olhar para o lado e perceber que, se o outro estiver bem eu também estou, seja através de grandes atos de solidariedade, através de gestos simples ou tão somente de deixar egoísmos e interesses de agendas políticas meramente pessoais de lado e exaltarmos a busca do interesse nacional em primeiro lugar, tendo sempre o interesse da nossa família política bem presente. Em alguns casos bastará começar pelas coisas mais simples, como seja o respeito pelas estruturas e pelas lideranças, façamos com que o respeito não caia em desuso! Divergir não tem de ser sinónimo de romper nem de partir!

Caras e caros companheiros, termino desejando-vos um Santo e Feliz Natal e um Próspero Ano Novo. É este o meu desejo para cada um de vós em nome da Comissão Política Distrital do PSD de Santarém, a que tenho a honra de presidir. Com esperança no futuro e com confiança nos nossos militantes, nas nossas seções, na sua capacidade para agir e na determinação para vencer os desafios que aí vêm, a bem de Portugal e dos Portugueses.

João Moura

Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Santarém

MIGUEL ALBUQUERQUE REELEITO PRESIDENTE DO PSD/MADEIRA



Miguel Albuquerque foi reeleito, sexta-feira, dia 14 de dezembro, presidente da Comissão Política do PSD/Madeira nas eleições diretas, onde foi o único candidato, tendo obtido 98,4% dos votos. Dos 3.348 militantes em condições de votar, 2.715 exerceram o direito de voto, ou seja, 81%, sendo que do total de votos apurados, 2.671 deram o sim à reeleição de Miguel Albuquerque. Foram ainda apurados 27 votos em branco (1%), e 17% votos nulos (0,6%). Os números foram avançados pelo secretário-geral do PSD/Madeira, Rui Abreu.

O secretário-geral sublinhou que o “número expressivo de militantes que acorreram às urnas” é revelador de um “Partido unido em torno de um objetivo comum: vencer todas as eleições em 2019 [as europeias em maio, as regionais em setembro e as legislativas em outubro]”:

Rui Abreu realçou o “número expressivo” de votantes, o que demonstra que “estamos perante um PSD/Madeira vivo, empenhado e dinâmico”. Para o dirigente este é também “um claro sinal de mobilização dos nossos militantes, que mostraram hoje o seu empenho face ao desafio que se avizinha em 2019: as eleições regionais que iremos vencer”, declarou.

Rui Abreu lembrou que “todos sabem que só com o PSD no Governo os madeirenses poderão garantir a Autonomia da nossa Região e a liberdade de escolha de toda a nossa população.”

Nas diretas de 14 de dezembro, foram, ainda, eleitos 450 delegados ao XVII Congresso, que irá realizar-se nos dias 19 e 20 de janeiro de 2019, no Centro de Congressos do Casino da Madeira.

Esperança, renovação e união

“Mais do que um Partido, uma Família” foi o “slogan” do jantar de Natal do PSD/Madeira que decorreu dia 14, no Madeira Tecnopolo, e juntou mais de 2.000 militantes e simpatizantes. Na sua intervenção Miguel Albuquerque falou em esperança, renovação e união, convicto na vitória dos sociais-democratas nas três eleições de 2019:

as europeias em maio, as regionais em setembro, e as legislativas em outubro.

“O nosso Partido vai continuar a ser líder na Região e para que isso aconteça temos de continuar a trabalhar em unidade e em solidariedade entre todos”, referiu o presidente do PSD/M, sublinhando que este não é apenas um partido político. “Esta é uma família de homens e de mulheres preparados para o futuro”, afirmou.

Por isso, Albuquerque garantiu que só com o PSD no Governo da Madeira, o povo madeirense continuará a ter liberdade, crescimento económico, desenvolvimento, justiça e coesão social.

O líder dos sociais-democratas aproveitou para anunciar que o concurso para o novo Hospital da Madeira será lançado esta semana, afirmando que a obra orçada em 340 milhões de euros.

Ao contrário do que [António] Costa e o Governo Central pensavam, na próxima semana o concurso do novo hospital da Madeira vai ser aberto e [o novo hospital] vai ser construído, quer queiram, quer não”, afirmou Miguel Albuquerque.

Referindo que todos os compromissos assumidos no início do mandato serão integralmente cumpridos e mostrando-se convicto na vitória das eleições do próximo ano, Albuquerque referiu que 2019 será um ano “importante” em termos de combate político, tendo em conta a bipolarização existente na Região.

“De um lado estamos nós, autonomistas sociais-democratas, aqueles que construíram a Madeira desenvolvida e próspera, aqueles que desenvolveram um projeto de liberdade e de Autonomia, aqueles que contra tudo e contra Lisboa construíram a Madeira.”

Do outro lado está a esquerda. A esquerda local composta pelo Bloco de Esquerda, pelos socialistas e pelos comunistas, “agentes do centralismo jacobino”, e que entendem que os madeirenses e os porto-santenses “devem continuar a ser mandados por um governo cen-

tral”, continuando a serem “vassallos de Lisboa”

Por isso, frisou Miguel Albuquerque, o PSD/M que “só tem uma cara perante a população”, tem a obrigação, em nome de todos aqueles que lutaram pela Autonomia e em nome de todos os madeirenses, de lutar para continuar a liderar a Madeira.

O presidente dos sociais-democratas madeirenses lembrou que em política não há lugares eternos e cada um, no seu tempo, tem uma missão a cumprir. Albuquerque aproveitou, assim, para agradecer a todos os militantes que serviram o Partido neste último mandato, em especial ao Secretariado e ao Secretário-Geral do PSD/M, Rui Abreu, pelo “trabalho difícil que desenvolveu.”

Governo da Madeira tem “folga” para mais medidas de apoio aos idosos

O presidente do Governo da Madeira, Miguel Albuquerque, anunciou igualmente que a folga financeira conseguida pelo executivo insular vai permitir novas medidas de apoio para a população mais idosa no início do ano.

Depois de realçar que a Madeira tem conseguido registar um crescimento económico durante 63 meses consecutivos, o chefe do executivo madeirense, falando na 20.ª edição do almoço de Natal que reuniu a população sénior das oito freguesias do concelho da Calheta, na zona oeste da Madeira, assegurou que existe “alguma folga para apoio aos mais idosos”.

Entre as medidas, apontou o novo cento de saúde da Calheta, “que já foi adjudicado pela Sana Casa da Misericórdia” e o novo centro de saúde do Arco d Calheta “que vai ser arranjado”.

“Em janeiro e fevereiro (2019) vamos anunciar medidas de apoio à população mais idosa”, sublinhou o líder social-democrata madeirense, enunciando ajudas para “medicamentos e óculos, suplemento de reformas” que estão a ser estudadas pelo Governo Regional.

Miguel Albuquerque sublinhou que “vai ser mais um compromisso que o Governo Regional da Madeira vai cumprir”.

O governante apelou à população sénior da Madeira que divulgue e “elucide” os mais jovens sobre as mudanças registadas na região, que passou de contexto de “pobreza e ostracismo para uma terra mais desenvolvida e com mais oportunidades”.

 **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**

nº 1264 - 19 de Dezembro 2001 - Preço 150\$00

POVO LIVRE

Director: Nuno Freitas

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

Vitória esmagadora do PSD nas Eleições Autárquicas



Edição n.º 1264 do "Povo Livre" | de 19 de dezembro de 2001

"Vitória esmagadora do PSD nas Eleições Autárquicas. Agora Portugal!" O grande vencedor da noite autárquica era Durão Barroso, líder do PSD, que conquistava ao PS as principais câmaras do país. Para evitar que o país caísse num "pântano político", o primeiro-ministro anunciava a demissão.

CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**DISTRITAIS****BEJA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, nomeadamente o seu artigo 39º alínea a) do nº2, convocam-se os militantes para uma Assembleia Distrital Ordinária, a realizar no dia 7 de janeiro (segunda-feira) de 2019, pelas 21h00, na Sede Distrital, sito à Praça da República em Beja, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informação sobre Eleições Distritais;
2. PSD 4.0 – Reforma do sistema político e eleitoral, e revisão estatutária do PSD;
3. Situação Política.

BRAGA

Nos termos e para os devidos efeitos convoco V. Exa, na qualidade de membro da Assembleia Distrital, para reunir no próximo dia 11 de janeiro (sexta-feira) de 2019, pelas 21h00 no Hotel Mercure Braga Centro, Praceta João XXI, sala Douro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise sobre a transferência de competências para as autarquias locais – Descentralização;
2. PSD 4.0 – Reforma do sistema político e eleitoral, e revisão estatutária do PSD;
3. Análise da situação política.

VILA REAL

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia Distrital de Vila Real para uma reunião a realizar no próximo dia 5 de janeiro (sábado) de 2019, às 15h00, no Auditório Municipal Eng. Luiz Coutinho (GAPAP) em Chaves, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Tomada de posse dos Órgãos Distritais;
2. PSD 4.0 Reforma do sistema político e eleitoral e revisão estatutária do PSD;
3. Análise da situação política;
4. Outros Assuntos.

SECÇÕES**AMARANTE**

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convocam-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa para os órgãos da Secção para, no dia 26 de janeiro (sábado) de 2019, entre as 15h00 e as 20h00, reunirem em Assembleia na sede concelhia, sita no Edifício do Salto – Santa Luzia Amarante com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único

Eleição dos órgãos da Secção do PSD de Amarante;

1. Mesa da Assembleia de Secção;

2. Comissão Política de Secção.

NOTAS

As candidaturas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Comissão Política da Secção, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As quotas devem ser pagas até ao décimo dia anterior às eleições.

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Arcos de Valdevez, para reunir, no próximo dia 19 de janeiro (sábado) de 2019, pelas 14h30 na sede da Secção, sita no Centro Comercial Norte Vez, Rua Nunes de Azevedo, nº 77 – Cave, em Arcos de Valdevez, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único

Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

NOTAS

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia da Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas para a votação estarão abertas das 14h30 às 17h30.

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Entroncamento para reunir no dia 19 de janeiro (sábado) de 2019, pelas 16h00, na sede sita na Rua Almirante Reis, 64, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único

Eleição dos Órgãos da Secção

1. Mesa da Assembleia da Secção;

2. Comissão Política da Secção.

NOTAS

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia da Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede da Secção, aberta para o efeito das 21h30 até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 16h00 às 18h00.

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Figueiró dos Vinhos, para reunir, no próximo dia 19 de janeiro (sábado) de 2019, pelas 16h00 na sede, sita na Rua Manuel Simões Barreiros, nº 8, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção;

2. Eleição da Comissão Política da Secção para o biénio 2019-2020.

NOTAS

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia da Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 16h00 às 18h00.

As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Militantes da Secção de Ílhavo para uma reunião extraordinária, que terá lugar no próximo de 26 de janeiro (sábado) de 2019, ente as 15h00 e as 19h00, na sede concelhia do PSD, Edifício Illiabum, bloco A, 1º Dto, em Ílhavo com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia da Secção de Ílhavo do PSD para o biénio 2019/2021.

A eleição decorrerá nos termos previstos no Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, que pode ser

consultado na sede da Secção ou em <http://www.psd.pt/ficheiros/regulamentos/regulamentos1537429188.pdf>, sendo que, sem prejuízo da necessária consulta daquele Regulamento por parte dos interessados, cumpre desde já sublinhar o seguinte:

NOTAS

a) As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia, na sede do PSD de Ílhavo, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (ou seja, 23 de janeiro de 2019),

devendo de tal apresentação ser passado o adequado recibo com a menção das possíveis irregularidades que, na altura sejam constatadas;

b) Qualquer irregularidade verificada como sanável numa lista de candidatos, poderá ser corrigida até às 24h00 do dia anterior ao da Assembleia em que decorrerá o ato eleitoral;

c) Para que uma lista possa ser entendida como completa, deverá a mesma conter o número mínimo de candidatos previstos nos Estatutos do PSD;

d) Só são elegíveis para os órgãos de âmbito local os militantes que, à data da eleição, se encontrem inscritos no PSD há pelo menos seis meses e tenham as quotas em dia até ao décimo dia anterior ao da eleição (ou seja até ao dia 15 de janeiro de 2019).

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convocam-se os militantes da Secção de Penafiel, para reunirem em Assembleia, no dia 5 de janeiro (sábado) de 2019, pelas 16h00, no Auditório do Museu Municipal, sito na Rua do Paço, 48 – Penafiel, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e votação sobre o plano e orçamento para 2019;

2. Análise da situação política.

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia da Secção de Pombal, para uma sessão ordinária a realizar no próximo de 12 de janeiro (sábado) de 2019, pelas 17h00, na sua sede, sita na Rua Dr. Luis Torres, 4 – 2º, em Pombal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Período antes da Ordem do Dia;

Debate temático “Proteção Civil”;

2. Período da Ordem do Dia;

Informações da Comissão Política da Secção.

Análise da situação política.

PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Porto de Mós, para reunir no próximo dia 19 de janeiro (sábado) de 2019, pelas 21h00, na sua sede, sita na Rua Padre Manuel Espírito Santo nº 2, Porto de Mós, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção e da Comissão Política de Porto de Mós.

NOTAS

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, ou enviadas até esta data para o email gomes.afonso@portugalmail.com

As urnas no dia do ato eleitoral estarão abertas das 21h00 às 23h00.

NÚCLEOS

PEDROSO E SEIXEZELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Pedroso e Seixezelo, para reunir no próximo de 26 de janeiro (sábado) de 2019, pelas 18h00, na sede da Junta de Freguesia de Pedroso, sita na Rua Paúl de Pedroso, 22, em Pedroso, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único

Eleição do Núcleo de Pedroso e Seixezelo.

NOTAS

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir até, às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

A Sede está aberta para receção de listas no último dia das 21h30 às 24h00.

O ato eleitoral decorrerá no sistema de urna aberta, entre as 18h00 e as 20h00.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jsd.pt

III CONSELHO NACIONAL
ORDINÁRIO DA JSD

De acordo com os Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o III Conselho Nacional Ordinário da JSD, a realizar no dia 12 de Janeiro de 2019, pelas 14h30, no Centro Cultural de Fronteira, sita na Rua de Avis, n.º 4, 7460-123 Fronteira, Distrito de Portalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos.

III CONSELHO DISTRITAL
LISBOA ÁREA OESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis convoco o III Conselho Distrital Ordinário do mandato 2018-2020 para reunir no próximo dia 26 de Janeiro (sábado), pelas 17:30 horas, na sede concelhia da JSD de Alenquer, sita Rua Gago Coutinho, nº 36 R/Ch., com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política nacional, regional e local;
- 2 – Outros assuntos de interesse.



ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e dos TSD, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Évora, para reunir no próximo dia 25 de janeiro de 2019 (sexta-feira) entre as 18h00 e as 21h00, na sede distrital do PSD de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, n.º 48, em Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Delegados dos TSD à Assembleia Distrital de Évora

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital dos TSD ou a quem estatutariamente a possa substituir.

SETÚBAL

Nos termos da alínea g) do ART.º 44º dos Estatutos e do nº1 do Artº 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Setúbal, para a Assembleia Distrital dos TSD/SETÚBAL, que se realiza no dia 25 de Janeiro de 2019,

Sede Distrital – Avenida Dr. Manuel de Arriaga, 16 - 3º Esq. – Setúbal. Votam os militantes dos concelhos de Alcácer do Sal, Alcochete, Barreiro, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Setúbal e Sines

Sede Concelhia Almada – R. da Liberdade, nº 38 – A. Votam os militantes dos concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um – Eleição de 11 Delegados à Assembleia Distrital de Setúbal do PSD

O “POVO LIVRE” DESEJA
A TODOS OS MILITANTES
BOAS FESTAS!

ESTAREMOS DE VOLTA NO DIA 9 DE JANEIRO DE 2019.

